

# PMDB joga a crise para o alto

Rogério Coelho Neto

O governador Wellington Moreira Franco fica com as honras de ter promovido, talvez na mais difícil fase de dificuldades nacionais dentro da nascente Nova República, a reunião decisiva para a recomposição da base de sustentação política do presidente José Sarney, depois do rompimento da Aliança Democrática. Ou, como ele gosta de afirmar, um acerto de contas entre o PMDB e o Palácio do Planalto para que o presidente possa, afinal, definir linhas mais firmes de governabilidade.

Com a reunião do último sábado, no Palácio Laranjeiras, que teve desdobramentos ontem, com o almoço oferecido por Moreira Franco aos governadores que por aqui ficaram para assistir ao casamento da filha do presidente do Banco do Brasil, Camilo Calazans, o Rio voltou, por momentos, a ser novamente o principal foro de decisões políticas do país. À margem da Declaração do Rio de Janeiro, como os governadores denominaram o documento em que concedem apoio irrestrito a Sarney, muitos outros projetos de importância política foram encaminhados.

Os governadores, de um modo geral, procuraram dar um tranco na Constituinte. Na afoiteza de alguns de seus representantes, que não entenderam o significado da hora presente. A Constituinte brasileira é *sui generis*, apesar da sua proclamada soberania. Como ela foi convocada, com fundamentos expressos na atual Constituição, há que respeitar, até por uma questão de ética, princípios legais vigentes. O professor de Direito Constitucional Tarcísio Burity, que é governador da Paraíba, vem se batendo, há muito tempo, por uma tese que tem sua razão de ser: a de que qualquer agressão ao mandato de Sarney, conquistado legitimamente como vice de Tancredo Neves, nos termos da Carta em vigor, poderia colocar em risco tudo o mais.

Entenderam os governadores, na verdade, que se os constituintes tudo podem, nenhuma força seria capaz de detê-los, no futuro, caso partissem para o encurtamento de todos os mandatos conquistados na linha da presente Constituição. Os próprios constituintes estão nesse caso, mas como caberia a eles o exercício da força, não haveriam de querer violentar os seus direitos. Os alvos, se uma medida irresponsável como essa viesse a ser tentada, seriam logicamente o presidente da República, os governadores e os prefeitos.

Esse receio dos governadores diante dos rumos pouco claros de uma Constituinte, na qual nem o relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral, sabe o que vale ou não no seu anteprojeto de nova Carta, justifica, de certa maneira, a impetração, há algum tempo, pelo prefeito de Nova Iguaçu, Paulo Leone de um mandato de segurança com o objetivo de garantir

o mandato de Sarney e o seu. A iniciativa não chegou a ser bem entendida, à época, em áreas políticas. O consultor-geral da República, Saulo Ramos, percebeu, no entanto, em que direção o prefeito iguaçuano estava atirando. O mandato não foi acolhido pelo Supremo Tribunal Federal, mas levantou a poeira e descobriu o véu de um grave problema, qual seja a discutível tese de soberania de uma Constituinte que não deve poder tanto quanto parecia.

O presidente nacional do PMDB, Ulysses Guimarães, quando aqui chegou, a propósito, na condição de presidente interino da República, explicou, pela primeira vez, as razões da pobreza em detalhes da nota da Executiva Nacional pemedebista, da última quarta-feira, de apoio a Sarney. Foi durante o jantar que Moreira Franco lhe ofereceu, iniciado na noite de sexta-feira e encerrado na madrugada de sábado. Ulysses deu o sinal para que os governadores avançassem e tornassem nítido, cristalino mesmo o apoio que o presidente da República reclama para governar cinco anos com os poderes previstos na atual Constituição.

No seu encontro com o presidente Sarney, na mesma quarta-feira em que a Executiva Nacional do PMDB se reuniu, Ulysses pediu que o chefe do Governo entendesse o significado do documento que lhe entregou naquela tarde. A nota, como contou aos governadores no Palácio Laranjeiras, "foi a melhor possível". Uma espécie de arranjo, que contentou aos representantes de um colegiado de tendências políticas distintas, como a direção nacional do partido.

A Executiva Nacional do PMDB não podia se contrapor a uma decisão de um órgão partidário maior, no caso a convenção nacional, que já havia decidido recentemente que o mandato de Sarney e o sistema de governo são questões da alçada exclusiva da Constituinte. O foro de governadores, embora seja a mais importante instância do PMDB, não é o partido. Daí, a saída habilidosa que Ulysses encontrou para satisfazer Sarney sem confrontar a Executiva pemedebista com a convenção.

O presidente Sarney tem agora em mãos os instrumentos necessários para promover uma grande reforma administrativa que precisa ir além da simples troca de ministros. O PMDB assumindo o governo e o PFL, que saiu em hora errada do barco da Aliança Democrática, vai se tornando cada vez mais dispensável diante dos claros horizontes que se descortinam, desde sábado, à frente da Nova República.

Com a reunião do Rio, o PMDB concluiu, em linhas gerais — e isso é muito importante —, que não é vergonhoso para o governo. A Nova República e o governo Sarney ganham, enfim, em termos partidários, a paternidade conhecida mas que estranhamente negada.